

ATA DA 356ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
TRIBUTÁRIOS – JURAT

Data: 19 de setembro de 2023	Local: Plenário da JURAT.	Horário: 14h.
Reunião nº 47/2023		
Presentes: Adriane Rosane Muckler, Cristiane Stolle, Evanildo Silva Lins Junior Rosilaine Bokorni e Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento o Sr. Maico Bettoni, e Secretariou a Sra. Giselle Mellissa dos Santos.		
Pauta: 1 – Aprovação da Ata da Sessão anterior; 2 – Julgamento de Processos e 3 – Aprovação de ementas/Acórdãos.		
<p>Deliberações: 1 – Aprovação da ata da sessão anterior (sessão 44/2023): Aprovada sem observações. 2 – Julgamento de Processos: Processo SEI nº 22.0.027290-6, em que é reclamante André Alves de Oliveira, sendo relatora Cristiane Stolle. Assunto: Revisão de IPTU/2022. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, que se manifestou pelo conhecimento parcial da reclamação para que retorne à Unidade de Gestão e Arrecadação para realizar a análise do processo. Sem prejuízo à fazenda pública e sem remessa. Compareceu à sessão o contribuinte André Alves de Oliveira que realizou manifestação oral. Após a manifestação do contribuinte, a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, manteve seu parecer. Após a fase de discussão, a relatora exarou seu voto pelo conhecimento parcial da reclamação para que retorne à Unidade de Gestão e Arrecadação para análise dos requisitos e parcial provimento. Passados aos votos os julgadores Evanildo Silva Lins Junior, Adriane Rosane Muckler e Rosilaine Bokorni acompanharam o voto da relatora. Decisão: Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários – JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento parcial da reclamação para que retorne à Unidade de Gestão e Arrecadação para reanálise, nos termos do voto da relatora. Processo nº 2113/2021/JURAT protocolado sob o nº 31766/2021, em que é reclamante EAA Consult S/S Ltda, sendo relator(a) Evanildo Silva Lins Junior. Assunto: Impugnação a Notificação nº 67/2021 e Auto de Infração nº 42/2021. (Retorno Voto Minerva - Preliminar). O julgamento do presente processo iniciou em 18/04/2023, sessão 16/2023. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Vanessa Cristina do Nascimento Kalef que se manifestou no sentido de conhecer da reclamação e no mérito pelo seu desprovimento. Após a fase de discussão, o relator levantou a preliminar de <u>Nulidade do Termo de Início</u>: por (i) falta, ou insuficiência, da descrição do objeto da fiscalização; e (ii) Ausência de indicação do prazo de fiscalização, votando pelo não acolhimento do item (i) e acolhendo o item (ii). Compareceu à sessão a representante do contribuinte Dra. Caroline Camilo Dagostin, que realizou manifestação oral em relação as preliminares, e ainda como ouvintes os sócios da empresa Rafael Ribeiro e Flávia Ferreira Nogueira. Passado aos votos com relação a preliminar de <u>Nulidade do Termo de Início</u>: a julgadora Rosilaine Bokorni não acolheu a preliminar quanto ao item (i), acompanhando o relator, porém abriu divergência votando pelo não acolhimento da preliminar com relação ao item (ii), visto que a legislação Municipal não prevê prazo para a fiscalização. A julgadora Adriane Rosane Muckler acompanhou o voto do relator com relação aos itens (i) e (ii). A julgadora Cristiane Stolle acompanhou o relator com relação ao item (i) e acompanhou a divergência com relação ao item (ii). Devido ao empate em relação ao item (ii), o presidente das câmaras de julgamento, Maico Bettoni, proferiu seu voto de desempate pelo não acolhimento da preliminar de <u>Nulidade do Termo de Início</u>, no que se refere a ausência de prazo de fiscalização. Superada essa preliminar, o relator levantou a preliminar de <u>Nulidade do Auto de Infração 42/2021</u>: por (i) Mudança de critério jurídico; e (ii) Não se aplica ao período fiscalizado o art. 9º, da LCM nº 398/13, c/c o art. 39, III, da LCM nº 155/03, votando por afastar o item (i) e acolher o item (ii). Passado aos votos com relação a preliminar de <u>Nulidade do Auto de Infração</u>: a julgadora Rosilaine Bokorni abriu divergência votando pelo não acolhimento da preliminar, afastando os itens (i) e (ii), mantendo o auto de infração 42/2021. A julgadora Adriane Rosane Muckler acompanhou o voto do relator, a julgadora Cristiane Stolle acompanhou a divergência levantada pela julgadora Rosilaine Bokorni. Devido ao empate em relação ao item (ii) da preliminar de <u>Nulidade do Auto de Infração 42/2021</u>, o presidente das câmaras de julgamento, Maico Bettoni, solicitou vistas do processo. A partir desse breve relato, foi dado prosseguimento ao julgamento nesta sessão, 47/2023, onde o Presidente das Câmaras proferiu seu voto de desempate no sentido de acompanhar a divergência e afastar a preliminar de mudança de legislação, a alegação de que não deveria ser aplicado o art. 9º, da LCM nº</p>		

ATA DA 356ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
TRIBUTÁRIOS – JURAT

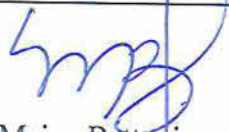
398/13, c/c o art. 39, III, da LCM nº 155/03, dessa forma, manifestou-se por manter o Auto de Infração nº 42/2021, por seus próprios fundamentos. Resolvida a questão das preliminares, passou-se ao mérito. O relator exarou seu voto para dar-lhe parcial provimento, a fim de retirar do lançamento os valores anteriores à constituição da EAA Comércio. Compareceu à sessão a representante legal do contribuinte, Dra. Caroline Camilo Dagostin, que realizou manifestação oral no tocante ao mérito. Após a manifestação da representante legal do contribuinte, a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, manteve seu parecer. A julgadora Cristiane Stolle solicitou vistas ao processo para proferir seu voto por escrito, o qual foi deferido pelo Presidente. **Processo nº 2149/2021/JURAT protocolado sob o nº 61268/2021, em que é reclamante Veículos Stein Ltda, sendo relator(a) Evanildo Silva Lins Junior. Assunto: Restituição/Compensação do IPTU/2020.** O relator fez a leitura de seu relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública Dra. Francieli Cristini Schulz que se manifestou em relação à preliminar considerando que houve o pagamento ocorreu a confissão da dívida no parcelamento realizado pelo contribuinte, ou seja, a desistência tácita. Caso seja superada a preliminar, pelo conhecimento e desprovemento da reclamação. Compareceu à sessão a representante legal do contribuinte Dra. Tamara Ramos Bornhausen que realizou manifestação oral. Após a manifestação do contribuinte, a Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz, manteve seu parecer. Durante a fase de discussão, a julgadora Dra. Adriane Rosane Muckler pediu abertura de preliminar baseada no pagamento do tributo, compulsando os autos verifica-se que houve um parcelamento com a confissão de dívida realizada pelo Reclamante o que gera a desistência tácita, com a aplicação do art. 10, II, a e do art. 9º do Regimento Interno de JURAT. Após a fase de discussão, o relator exarou seu voto em relação à preliminar pelo desprovemento da abertura de preliminar (divergência), fundamentando que não cabe a aplicação do art. 10, II, a e do art. 9º do Regimento Interno da Jurat ao caso em tela. Passado aos votos, as julgadoras Cristiane Stolle e Rosilaine Bokorni votaram pelo acolhimento da preliminar aberta pela julgadora Dra. Adriane Rosane Muckler. Decisão: Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários – JURAT, por maioria de votos (3x1) pelo não conhecimento da reclamação, nos termos do voto da julgadora Dra. Adriane. **Processo nº 2019/2021/JURAT, protocolado sob o nº 11227/2021, em que é reclamante JD Construção Ltda, sendo relator(a) Evanildo Silva Lins Junior. Assunto: Não Inclusão Simples Nacional.** O relator fez a leitura de seu relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública Dra. Francieli Cristini Schulz que se manifestou pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a exclusão do Simples Nacional. Após a fase de discussão o relator exarou seu voto pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento. Devidamente cientificado, o contribuinte não compareceu à sessão. Passado aos votos, as julgadoras Adriane Rosane Muckler, Cristiane Stolle e Rosilaine Bokorni acompanharam o voto do relator. Decisão: Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários – JURAT, por unanimidade de votos, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento nos termos do voto do relator. **Processo SEI nº 22.0.420170-1, em que é reclamante Sociedade Floresta de Joinville, sendo relatora Cristiane Stolle. Assunto: Impugnação Valor de TLL/2022 e 2023.** A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra. Francieli Cristini Schulz que se manifestou pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento para manter a TLL/2022. Devidamente cientificado o contribuinte não compareceu à sessão. Após a fase de discussão, a relatora exarou seu voto pelo não conhecimento da reclamação, considerando que houve o pagamento e, portanto, a desistência tácita, nos termos do Art. 10, II, a c/c art. 8º do Regimento Interno da JURAT. Passado aos votos os julgadores. Evanildo Silva Lins Junior, Adriane Rosane Muckler e Rosilaine Bokorni acompanharam o voto da relatora. Decisão: Acordaram os membros da 2ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários – JURAT, por unanimidade de votos, pelo não conhecimento da reclamação, nos termos do voto da relatora. 3 – Aprovação de Acórdãos: **Acórdão 192/2023:** Processo SEI nº 22.0.027290-6, em que é reclamante André Alves de Oliveira, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Revisão de IPTU/2022. **Acórdão 193/2023:** Processo nº 2149/2021/JURAT protocolado sob o nº 61268/2021, em que é reclamante Veículos Stein Ltda, sendo relator(a) Evanildo Silva Lins Junior. Assunto: Restituição/Compensação do IPTU/2020. **Acórdão 194/2023:** Processo nº 2019/2021/JURAT, protocolado sob o nº 11227/2021, em que é reclamante JD Construção Ltda, sendo relator(a) Evanildo Silva Lins Junior. Assunto: Não Inclusão Simples Nacional. **Acórdão 195/2023:** Processo SEI nº 22.0.420170-1, em que é reclamante Sociedade Floresta de Joinville, sendo relator(a) Cristiane Stolle. Assunto: Impugnação Valor de TLL/2022 e 2023. Nada mais havendo a tratar eu, Giselle Mellissa dos Santos, lavro e



ATA DA 356ª SESSÃO
DA SEGUNDA CÂMARA DA JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
TRIBUTÁRIOS – JURAT

assino a presente ata acompanhada do Sr. Maico Bettoni, Presidente desta sessão da Segunda Câmara de Julgamento e demais presentes.

Joinville, 19 de setembro de 2023.



Maico Bettoni
Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)



Giselle Mellissa dos Santos
Secretária da JURAT

Adriane Rosane Muckler _____

Cristiane Stolle _____

Evanildo Silva Lins Junior _____

Francieli Cristini Schultz _____

Rosilaine Bokorni _____